

MÔNICA CUSTÓDIO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO
NO DIÁRIO CATARINENSE:**
Estudo de caso do período de 2014-2016

Monografia submetida ao curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo. Orientador: Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima

Florianópolis,
Junho de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Custódio, Mônica

Precarização do trabalho jornalístico no Diário
Catarinense : Estudo de caso do período de 2014-2016 /
Mônica Custódio ; orientador, Samuel Pantoja Lima, 2017.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Mundo do trabalho. 4.
Precarização. 5. Diário Catarinense. I. Pantoja Lima,
Samuel. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Mônica Custódio

Precarização do trabalho jornalístico no Diário Catarinense:
Estudo de caso do período de 2014-2016

Essa monografia foi julgada adequada para obtenção do título de “Bacharel em Jornalismo” e aprovada em sua forma final pelo Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de junho de 2017

Prof^ª. Rita de Cássia Romeiro Paulino, Dr.^a
Coordenadora do curso

Banca examinadora:

Prof. Samuel Pantoja Lima, Dr.
Orientador

Prof. Jacques Mick, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Valci Regina Mousquer Zuculoto, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Samuel Lima, pelo aceite em me orientar, pela compreensão e por indicar sempre o caminho.

Aos professores e funcionários do departamento de jornalismo da UFSC, em especial ao professor Mauro Silveira, cujas aulas ministradas e livros indicados durante a graduação foram essenciais para a minha formação.

À minha família e amigos, em especial à Layse, pelo apoio emocional que fez tanta diferença durante o processo de escrita deste trabalho.

Ao Alexandre, pela ajuda tão importante na reta final.

Cabe também um obrigado a todos os jornalistas entrevistados, por aceitarem participar e por contribuírem com relatos valiosos para o estudo.

RESUMO

No período compreendido entre os anos de 2014 e 2016, o jornal *Diário Catarinense*, o maior de Santa Catarina, passou por uma série de transformações, dentre as quais as principais foram a redução considerável do quadro de funcionários e a venda da fatia catarinense do Grupo RBS, em 2016, do qual fazia parte. Nesta monografia, fazemos um estudo de caso da reestruturação do jornal, investigando como esse processo tem impactado a rotina e o bem-estar dos jornalistas e verificando os indicadores de precarização do trabalho da categoria profissional. A metodologia contemplou pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas em profundidade.

Palavras-chave: Jornalismo; Mundo do trabalho; Precarização; *Diário Catarinense*; Estudo de caso.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos ex-jornalistas do <i>Diário Catarinense</i>	25
Quadro 2 – Identificação dos jornalistas atuais do <i>Diário Catarinense</i>	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	12
2.1. Precarização dos trabalhadores estáveis.....	17
3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO	18
3.1. Do jornalismo artesanal ao empresarial	19
3.2. A inserção de novas tecnologias no jornalismo.....	20
3.3. Impacto das novas tecnologias no trabalho do jornalista.....	20
4. DIÁRIO CATARINENSE: Reestruturação e indicadores de precarização.....	23
4.1. Procedimentos metodológicos.....	23
4.2. Históricos	26
4.3. Condições de trabalho no período 2014-1016.....	34
4.3.1. Salários	32
4.3.2. Jornada de trabalho excessiva.....	36
4.3.3. Intensidade do trabalho.....	37
4.3.4. Acúmulo de funções (Jornada multifunção).....	38
4.3.5. Infraestrutura	40
4.3.5. SuperAção e problemas de gestão: assédio moral?	42
4.3.6. Saída do jornal	43
4.3.7. Venda	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6. REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A.....	52
APÊNDICE B.....	53
APÊNDICE C	54

1. INTRODUÇÃO

No site oficial do Grupo RBS está registrado que “o *Diário Catarinense* (DC) foi o último projeto idealizado pelo fundador do Grupo RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho”. Com sua primeira edição publicada em 5 de maio de 1986, O DC foi também o primeiro jornal informatizado da América Latina e o pioneiro em Santa Catarina a utilizar fotografias coloridas.

Golembiewski (2005) aponta que o jornal “foi implantado no estado com o que havia de mais moderno em termos de redação informatizada naquela época”, permitindo que as principais cidades catarinenses ficassem interligadas e dando um caráter estadual ao periódico. Em termos editoriais, por outro lado, “seguiu a linha dos demais jornais catarinenses: ter preferência política por determinados partidos”.

O recorte temporal da pesquisa inicia em 2014, ano em que o corte de gastos promovido pelo Grupo RBS ganhou destaque na mídia devido ao episódio no qual 120 funcionários foram demitidos em um mesmo dia (CUNHA, 2014). Já em março de 2016, foi anunciado um acordo entre os acionistas da RBS e os empresários Lírio Parisotto e Carlos Sanchez, do Grupo NC, juntamente com outros investidores, para a compra das operações de televisão, rádio e jornal que atuavam sob a marca RBS em Santa Catarina. Isso deu início a um período de incertezas sobre o futuro do *Diário Catarinense*.

Em relação a esse último episódio, Rogério Christofolletti (2016) questiona se a saída da RBS de Santa Catarina foi positiva para os funcionários. “O clima era de apreensão e expectativa, que foi substituído depois por relativa calma, após garantias de não fechamento de jornais ou demissões. Entretanto, a transição de dois anos deve trazer novos episódios em breve, imaginam alguns”, descreve o pesquisador em post publicado no blog objETHOS na época da venda da parte catarinense do grupo.

O tema da precarização no mundo trabalho de forma geral tem sido abordado por diversos autores. Standing (2014) aponta o surgimento de uma nova classe, que teria emergido a partir dos anos 1970 de acordo com o projeto neoliberal de um grupo de economistas.

Uma das ideias centrais do neoliberalismo é que a flexibilização do trabalho deveria ser aumentada. Essa flexibilidade, segundo o autor, tem muitas dimensões: acelerar ajustes e

mudanças na demanda, especialmente para baixo; vínculo empregatício, que significa habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, implicando em uma redução na segurança e na proteção do emprego; mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custos mínimos; ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores, buscando maximizar os lucros (STANDING, 2013).

Antunes (2011) também compreende os anos 1970 como marco para analisar as condições de trabalho atuais. De acordo com o pesquisador, vivemos um intenso e significativo processo de informalização e precarização da classe trabalhadora, que é resultante das transformações e metamorfoses, a partir dos países capitalistas.

Falando especificamente da categoria dos jornalistas, Mick (2013) diz ainda que é difícil apontar indicadores de precarização das condições do trabalho jornalístico no Brasil. Para isso, o pesquisador elenca quatro motivos. Em primeiro lugar, a precarização afeta tanto contratos protegidos pela legislação quanto contratos informais. Em segundo lugar, é difícil aferir e comparar as mudanças ao longo do tempo. Noutra sentida, existem dimensões individuais e coletivas do fenômeno. Por fim, a percepção da precarização varia entre os trabalhadores.

O autor cita como traços de superexploração do trabalho dos jornalistas o acúmulo de empregos, o número de horas trabalhadas, o acúmulo de atividades realizadas, dentre outros. Esses são indicadores de precarização que utilizarei para verificar se há ou não precarização das condições do trabalho jornalístico realizado no *Diário Catarinense*.

Partindo dessas noções de precarização, o objetivo desta monografia é analisar as condições de trabalho dos jornalistas do jornal *Diário Catarinense* durante o período compreendido entre 2014 e 2016. Além disso, busca descrever o processo de reestruturação ocorrido no jornal nesses dois anos. Os objetivos específicos são os de observar as condições de trabalho na redação do jornal, investigar a percepção dos trabalhadores sobre as mudanças ocorridas no jornal no período em estudo, compreender sobre as mudanças no modelo de negócio e no posicionamento editorial do veículo e refletir sobre a noção de precarização a partir do caso do *Diário Catarinense*.

Também foi levado em consideração, para a escolha do objeto de estudo, o fato de que o *Diário Catarinense* é o jornal com maior tiragem no estado – a qual, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), era de 37.311 em 2014.

De acordo com Traquina (2005), existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação. E, devido à importância da liberdade, um valor essencial para os jornalistas é a independência e autonomia em relação a outros agentes sociais.

Já Travancas, refletindo sobre o papel do jornalista, salienta que o profissional

tem uma função importante em termos de construção da cidadania, uma vez que é responsável pela transmissão de informações, e a ideia de cidadania está subordinada à informação. Não há cidadão sem conhecimento; é este que torna o indivíduo um cidadão, na medida em que as informações lhe possibilitam escolhas, avaliações e participações na sociedade. Sem isso sua atuação ficaria restrita ou seria inexistente (TRAVANCAS, 2010, p. 86).

No entanto, o trabalho desses profissionais está condicionado às condições de trabalho as quais estão submetidos. Assim, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuir para a reflexão sobre o jornalismo como profissão.

A metodologia escolhida para o trabalho foi o estudo de caso. De acordo com Gil (2010), o estudo de caso consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

O estudo de caso é a metodologia mais indicada para nosso trabalho porque permite a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Nas ciências sociais, a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores. Por isso, a utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências tem crescido.

De acordo com o autor, o estudo de caso prevê as seguintes etapas: formulação do problema; definição da unidade-caso; determinação do número de casos; elaboração do protocolo; coleta de dados; avaliação e análise dos dados; preparação do relatório.

A definição de unidade-caso, em sua acepção clássica, “refere-se a um indivíduo num contexto definido. Por exemplo: um paciente de transplante de coração, antes, durante e seis meses após a cirurgia, no contexto de sua família e do hospital” (GIL, 2010, p. 138). Mas o conceito foi ampliado, podendo definir qualquer grupo social. Neste trabalho, a unidade-caso são os jornalistas do *Diário Catarinense*.

O autor também divide o estudo de caso em três categorias: intrínseco, instrumental e coletivo. Este trabalho encontra-se na terceira categoria, já que tem como propósito estudar as características de uma população com o objetivo de analisar suas crenças e temores.

Na etapa de coleta de dados, é recomendado utilizar diversos procedimentos para conferir mais confiabilidade. De acordo com o autor, “em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel” (GIL, 2010, p. 141).

Neste trabalho, pretendo realizar procedimentos como entrevistas, observação do cotidiano do trabalho na redação, levantamento de dados sobre demissões e levantamento histórico, dentre outros.

Além do estudo de caso, outra metodologia a ser utilizada é a da entrevista em profundidade, “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE, 2008, p. 63).

Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer.

2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A situação de trabalho dos jornalistas nas redações revela um processo de transformação nas relações de trabalho mais profundo do que atualmente se debate. Não se trata de acusar a internet nem os recém-formados pelos desafios enfrentados por profissionais na rotina. Se olharmos para a evolução das relações de trabalho no último século, percebemos que as transformações no mundo de trabalho – mesmo em um universo como é o caso das indústrias automotivas do início do século XX – explicam, em larga medida, o que vivemos hoje nas corporações, e em todos os setores da economia. Diante dessas influências, vamos abordar neste capítulo as principais forças que moldaram como o trabalhador assalariado passou por um contexto de flexibilização das condições de trabalho até a precarização delas.

As mudanças que mais interessam para esta monografia são as que ocorreram a partir de 1973, ano em que, conforme Harvey (1992, p. 119), teve início o colapso do sistema fordista-keynesiano, dando origem a “um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza”.

O marco do fordismo é 1914, quando o norte-americano Henry Ford estabeleceu as jornadas de oito horas e cinco dólares de pagamento aos trabalhadores de sua linha de montagem localizada em Michigan, nos Estados Unidos. De acordo com Harvey (1992):

O propósito do dia de oito horas só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que comprassem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores” (HARVEY, 1992, p. 122).

Apesar de voltado às fábricas automotivas, esse modelo expandiu-se para outros setores, em um período caracterizado pela modernização das cidades. No modelo de produção fordista, o trabalhador era altamente especializado, o que resultava em um desconhecimento de outras funções e do funcionamento geral da fábrica. O ambiente de trabalho era caracterizado por uma hierarquia rígida, vertical, que aprofundava o fenômeno da alienação.

A maturidade do fordismo “como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo” (HARVEY, 1992, p. 125) deu-se no período pós-guerra. É nessa época de apogeu que o modelo de produção se expande para outros países, inclusive o Brasil. No entanto, as

preocupações com o bem-estar social ficaram mais restritas aos países desenvolvidos.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, teve início uma crise de superacumulação, que “tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 135). Para o autor, essa incapacidade está relacionada à rigidez do processo produtivo e à resistência coletiva da classe trabalhadora. Então, delimitou-se um novo modelo de produção: a acumulação flexível. O autor a descreve como:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (...) A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

O aumento da flexibilidade nas relações de trabalho permite que o empregador tenha mais controle sobre o processo. O trabalho organizado, no modelo fordista, foi minado pela acumulação flexível em “regiões que careciam de tradições industriais anteriores” (HARVEY, 1992, p. 141), implicando em níveis altos de desemprego, baixos salários e retrocesso do poder sindical.

Harvey (1992) explica que, nessa época, o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1992, p. 143).

O propósito dessa flexibilidade, segundo Harvey, é atender a demandas pontuais das empresas. Mesmo para os empregados com contratos formais, existem adaptações como trabalhar mais horas por semana em épocas de maior demanda.

Isso não serve para criar uma insatisfação trabalhista, no entanto, pois a flexibilidade pode ser benéfica em alguns casos, como para trabalhar no horário desejado. No entanto, existem efeitos agregados, como níveis salariais e insegurança no emprego, que, para o autor,

“de modo algum parecem positivos do ponto de vista da classe trabalhadora” (HARVEY, 1992, p. 144).

Antunes (2011) também fala das transformações sofridas pelo mundo do trabalho no final do século XX. Ele descreve a década de 1980 com um período de “grande salto tecnológico”, em que “a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o espaço fabril” (ANTUNES, 2011, p. 23).

A partir dessa década, o fordismo passou a mesclar-se com outros processos produtivos e novos processos de trabalho emergiram. Nesse novo contexto, o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização. Escreve Antunes (2011):

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2011, p. 24).

O autor cita como um fenômeno característico desse tempo o desemprego estrutural, gerado pela introdução de novas tecnologias ou de sistemas e processos voltados para a redução de custos. É uma relação contraditória na qual o operariado industrial é reduzido, mas o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços aumentam. O modelo de acumulação flexível resultou na precarização das condições de trabalho,

Standing (2014) também compreende os anos 1970 como um marco. De acordo com o autor, naquela década um grupo de economistas e sociólogos “neoliberais” e “libertários” viu sua voz sendo ouvida depois de décadas. Eram jovens o suficiente para não terem vivido a grande depressão ou o pós-segunda guerra (STANDING, 2014, p. 21). O autor acrescenta à sua análise:

Eles não gostavam do Estado, que comparavam a governo centralizado, com seu planejamento e seu aparato regulatório. Viam o mundo como um lugar cada vez mais aberto, onde o investimento, o emprego e a renda fluíam para onde as condições fossem mais receptivas. Argumentavam que a menos que os países europeus, em particular, reduzissem os títulos de crédito, que haviam se acumulado desde a Segunda Guerra Mundial para a classe operária industrial e o setor público burocrático, e a menos que os sindicatos fossem “domados”, a desindustrialização (conceito novo na época) se aceleraria, o desemprego aumentaria, o crescimento econômico seria mais lento, o

investimento escoaria e a pobreza se agravaria (...). Eles queriam medidas drásticas e encontravam, em políticos como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o tipo de líderes dispostos a concordar com sua análise (STANDING, 2014, p. 21).

Para Standing (2014), uma reivindicação que se consolidou nos anos 1980 foi a da flexibilização. Segundo essa ideia, se o mercado de trabalho não se flexibilizasse, os custos aumentariam e as companhias fugiriam para onde os custos de produção seriam mais baixos. A flexibilidade incluía muitos conceitos, como “flexibilidade salarial”, “de vínculo empregatício”, “de habilidade”. Em essência, significava tornar os funcionários mais inseguros e atribuir cada revés econômico a uma falta de flexibilidade do mercado de trabalho (STANDING, 2014, p. 22).

A implantação dessas medidas gerou no mundo uma tendência que os economistas neoliberais não previram. Milhões de pessoas de economias do primeiro e do terceiro mundo passaram a fazer parte dessa nova classe, que o autor chama de precariado, um novo fenômeno, ainda que com nuances do passado. O precariado não faz parte da classe trabalhadora ou do proletariado porque essas classes são compostas por trabalhadores estáveis, de longo prazo, em empregos com carga horária fixa e plano de carreira definidos. Também não tem o status de classe média.

Com o avanço dos anos 1990, mais e mais pessoas encontravam-se em uma posição que antropólogos definiam como “informal”. Mas elas não se reconheciam assim, nem como classe média, nem classe trabalhadora. Um lampejo de reconhecimento fez com que se identificassem como precárias.

Segundo Standing (2014), há duas maneiras de definir o que chama de precariado: a primeira é defini-lo como um grupo socioeconômico distinto, do qual se faz parte ou não e cujo termo deriva de uma combinação das palavras “precário” e “proletariado”. A ideia de precariado foi usada pela primeira vez nos anos 1980 por sociólogos franceses para falar de trabalhadores que não eram fixos.

Talvez uma linha de delineamento igualmente interessante esteja associada com o que pode ser chamado de “dissonância de status”. Pessoas com nível relativamente alto de educação formal que tiveram de aceitar empregos com um status ou rendimento abaixo do que acreditam estar de acordo com suas

qualificações são propensas a sofrer de frustração de status (STANDING, 2013, p. 27).

De acordo com Standing (2014), o precariado consiste em pessoas que são desprovidas de sete formas de garantia relacionadas ao trabalho: garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação.

Falando especificamente da realidade brasileira — que compara com as do Japão e da França — a pesquisadora Helena Hirata (2011) indica quatro dimensões do contexto de crise e globalização no qual ocorre o processo de precarização atual: crise dos mercados financeiros, crise bancária, crise econômica e crise social. Foi a última delas que teve repercussão direta sobre a precarização do trabalho.

Essa crise social aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal observados desde o início dos anos noventa, como as privatizações, a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos. Ela tem, assim, raízes em processos iniciados desde meados dos anos oitenta e marcados por um novo contexto mundial de globalização e de financeirização da economia (HIRATA, 2011, p. 15).

De acordo com Hirata (2011), o trabalho precário leva à intensificação do trabalho. Isso porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis, já que existem muitos outros procurando emprego e que estão dispostos a aceitar condições salariais e de trabalho mais penosas. A intensificação também é resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção, que são flexíveis, conforme já evidenciado por Harvey e Antunes.

A autora aponta que “essa intensificação é regra tanto no setor secundário quanto no terciário, tanto relacionada aos executivos quanto aos trabalhadores de execução” (HIRATA, 2011, p. 18). Seu resultado é duplo: danos à saúde física e psíquica e, em segundo lugar, aumento da distância entre trabalhadores assalariados e empregados.

Ela analisa as consequências da intensificação do trabalho e da precarização do trabalho sobre os trabalhadores retomando a proposição analítica de Castel (2003), que aponta a passagem do salariat ao *précarariat*. Essa nova classe teria o mesmo nível de estabilidade que o assalariamento no mundo do trabalho contemporâneo (Hirata, 2011, p. 19).

Antes da passagem para o *précarariat*, houve uma passagem da condição precária de

trabalho para a de assalariado, que dava ao trabalhador garantias e direitos relacionados ao trabalho — ao menos na Europa. Hirata faz uma ressalva, apontando que nos países “em desenvolvimento” a salarização não chegou a ser exaustiva.

Penso que há mais uma segmentação entre trabalhadores estáveis e precários do que propriamente a instauração de um novo regime “precarial” e que essa última proposta impede a apreensão da dinâmica contínua entre as duas categorias de trabalhadores e de situações de emprego, o que permite hoje o desenvolvimento capitalista sob novos padrões (HIRATA, 2011, p. 20).

2.1. Precarização dos trabalhadores estáveis

Outra ideia importante para este trabalho é a da precarização dos trabalhadores estáveis apontada por Hirata (2011), que novamente cita Castel. Um trabalhador estável precarizado é aquele que sofre, mesmo tendo uma carreira estável, de insegurança no emprego.

Quanto ao Brasil, mesmo o trabalhador estável, com emprego regular e com contrato por tempo indeterminado, pode encontrar-se em situação de precariedade, conforme os novos empregos criados no Brasil, a partir de 2005, dada a baixa remuneração (salário mínimo). Já notamos (Hirata, 2009) que um dos critérios de trabalho precário, para além da falta de proteção social e de direitos associados ao emprego, são os baixos salários ou o número reduzido de horas de trabalho (HIRATA, 2011, p. 20).

No próximo capítulo, vamos nos aprofundar em como essas mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas tiveram efeito também sobre o trabalho do jornalista.

3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho impactaram profundamente o jornalismo. Com a vigência do regime de acumulação flexível, a precarização das condições de trabalho dos jornalistas foi acentuada. Para não ficar desempregado, esse profissional precisa estar em constante atualização e também ser mais ágil para desenvolver funções diversas.

Como apontam Mick e Lima (2013), a precarização das condições de trabalho do jornalista pode ser aferida por, pelo menos, cinco indicadores: jornada de trabalho excessiva; intensidade do trabalho; vínculo precário; baixos salários; e, por último, multifunção. Esses indicadores serão utilizados, mais adiante, para verificar se há ou não precarização das condições de trabalho dos jornalistas no *Diário Catarinense*.

Já Heloani (2006), para analisar a qualidade de vida no trabalho (QVT) dos jornalistas em meio à reestruturação produtiva, utiliza as oito categorias propostas por Walton (1973): remuneração justa e adequada; condições de trabalho; desenvolvimento de capacidades; oportunidade de crescimento; integração social; constitucionalismo; equilíbrio entre vida e trabalho; e relevância social.

A partir de entrevistas realizadas com 44 profissionais da categoria, o autor concluiu que, no atual sistema de produção, o jornalista “é forçado a negociar sua força de trabalho para sua subsistência” (HELOANI, 2006, p. 192). Ele acrescenta:

As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas. Assim sendo, o seu corpo, que é o seu instrumento de trabalho, se “ressente” e a sua mente se “surpreende” como se pode inferir através da observação dos consideráveis níveis de stress. (HELOANI, 2006, p. 192-193)

Mas, para entendermos como se chegou a esse cenário de precarização das condições de trabalho do jornalista, é preciso compreender a passagem do jornalismo artesanal ao empresarial e a informatização das redações.

3.1. Do jornalismo artesanal ao empresarial

A profissionalização do trabalho do jornalista ocorre no século XX. Sodré (1999) aponta que, apesar de ter recebido influências externas, como a adoção do *lead* norte-americano, o desenvolvimento da imprensa no Brasil esteve condicionado ao desenvolvimento do país.

As grandes transformações operadas no Brasil, desde os fins do século XIX, marcadas inclusive por alterações institucionais importantes — o fim do escravismo, o advento da república principalmente — corresponderam ao avanço das relações capitalistas em nosso país e, conseqüentemente, à progressiva ascensão da burguesia (SODRÉ, 1999, p. 391).

Sodré (1999) escreve que, no início, o jornalismo brasileiro era feito por literatos, de maneira mais fragmentada e artesanal. No século XIX, o conteúdo era voltado à política, o que mudaria no início do século seguinte.

Com a industrialização, a imprensa tornou-se mais sistematizada, com os profissionais desenvolvendo atividades definidas e separadas, como reportagem, copidesque e fotografia. Eram características de produção que se aproximavam das do fordismo. Foi nesse cenário que, de acordo com o autor, ocorreu a passagem gradativa da pequena à grande imprensa.

Os jornais se tornam empresas e, com isso, surgem também organizações representativas dos trabalhadores. Em 1908 é fundada a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, em 1919, o primeiro sindicato profissional do país, em Juiz de Fora (MG).

Nas décadas seguintes, a profissão ganha contornos mais definidos: o decreto de lei 910, de 1938, fixa em 5 horas diárias a jornada de trabalho do jornalista, dentre outras atribuições. O texto define os jornalistas da seguinte forma:

Os dispositivos do presente decreto-lei se aplicam aos que, nas empresas jornalísticas, prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nele previstas. (...) Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho.¹

¹. Decreto publicado no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 1938, com vigor a partir de 30 de janeiro de 1939

Outros marcos importantes são os decretos de lei 7037, de 1944, que dispõe sobre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalísticas; e o 972, de 1969, que restringe o registro profissional aos graduados em cursos superiores de jornalismo.

Esse modelo de redação hierárquico, com divisão rígida de tarefas, foi vigente no Brasil até a década de 1980, quando se pôde perceber um movimento de informatização que foi se intensificando nas décadas seguintes.

3.2. A inserção de novas tecnologias no jornalismo

Baldessar (1998) identifica que o desenvolvimento da tecnologia na área da comunicação começa na primeira metade do século XIX, período que coincide com a expansão e consolidação do capitalismo no mundo.

A Primeira Guerra Mundial também ajudou a impulsionar o uso do telefone e do telégrafo nos Estados Unidos, França e Inglaterra (BALDESSAR, 1998, p. 42). As empresas jornalísticas desses países tornaram os equipamentos comuns no cotidiano dos profissionais, o que só ocorreu no Brasil após os anos 1930. Somente na década seguinte as empresas jornalísticas brasileiras passaram a exigir que todos os jornalistas escrevessem à máquina. A câmera fotográfica também só foi popularizada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial.

O computador “só chega nas redações brasileiras na década de 1980 e seu uso só se intensifica na de 1990” (BALDESSAR, 1998, p. 44). Com a crise do capitalismo ocorrida na década de 1970, já evidenciada por autores como Harvey (1992) e Standing (2014), as empresas veem na tecnologia uma maneira de aumentarem a produtividade dos jornalistas.

3.3. Impacto das novas tecnologias no trabalho do jornalista

Analisando as mudanças no cotidiano dos jornalistas a partir da chegada do computador nas redações dos jornais, Baldessar (1998) aponta que:

Ele [o computador] é recebido primeiro com medo, depois este cede lugar ao encantamento. O computador facilita a execução das tarefas e inegavelmente, melhora o visual do ambiente de trabalho. Para obter maior desempenho das máquinas e garantir a produção, a redação é climatizada. O computador acaba com o matraquear das máquinas de escrever, trazendo silêncio e limpeza (BALDESSAR, 1998, p. 16).

Nesse contexto, os jornalistas, que antes tinham funções bem definidas, tiveram que se adaptar a uma nova realidade profissional. Primeiro, para aprenderem como utilizar o computador. Depois, para lidarem com a intensificação do trabalho. Agora, o jornalista é “polivalente, capaz de apurar, redigir, revisar e diagramar, o que antes era feito por diversas pessoas. Além disso deve ter conhecimentos de outros idiomas e de informática, condições indispensáveis para o mercado” (BALDESSAR, p. 24).

Nesse período de produção pós-fordista as formas flexíveis de trabalho também foram acentuadas para o jornalista: jornalistas terceirizados trabalham em empresas sem direitos trabalhistas garantidos. Também há o trabalho informal realizado por jornalistas *freelancer*, que não contam com salário fixo, carteira assinada, dentre outros benefícios. Assim, a relação entre o trabalho do jornalista e a inserção de novas tecnologias é dúbia. “As mudanças recentes elevaram a sua produtividade, intensificando a jornada de trabalho. Entretanto, aquilo que poderia 'facilitar' a vida, em algumas situações, dificulta” (BALDESSAR, 1998, p. 8). A autora também identifica que:

Apesar das mudanças físicas na redação e algumas alterações nos procedimentos cotidianos de coleta da informação, uso da Internet como fonte de dados e do computador como banco de informações, pode-se afirmar que a introdução dos computadores na redação não alterou a condição social do jornalista. A relação empresário de comunicação/jornalista, ou seja, capital/trabalho continua, sendo que nos últimos anos se verifica a precarização do trabalho (BALDESSAR, 1998, p. 82).

Para além do salário e da carga horária, deve-se considerar também que o regime de acumulação flexível ocorreu paralelamente ao advento da tecnologia. Nesse contexto, os computadores foram inseridos nas redações. O jornalista, que antes escrevia o texto para o jornal impresso, a partir da década de 1990 também precisa escrever para o site da empresa, tirar fotos e gravar vídeos para ilustrar o texto, revisá-lo, dentre outras atividades.

Mick e Ribeiro (2015) identificam um perfil que tem sido legitimado no jornalismo: o do repórter multimídia, que “produz materiais diferentes, sobre o mesmo tema, para os diversos veículos do mesmo grupo jornalístico” (MICK e RIBEIRO, 2015, p. 3). No Grupo RBS, objeto de pesquisa dos autores, a iniciativa foi rejeitada em um primeiro momento, mas acabou naturalizada.

Os autores apontam que, nesse contexto, a tecnologia acaba servindo como forma de redução de custos permanente para a empresa. Para os repórteres multimídia, por sua vez,

a técnica era percebida como fator de distinção profissional: pioneiros, sentiam-se responsáveis por desbravar práticas ainda desconhecidas por seus colegas; experimentavam oportunidades de desenvolvimento e isso os empoderava na relação com os superiores: ao ministrarem cursos e compartilharem suas experiências, consagravam-se. Recompensas simbólicas substituíam recompensas financeiras. Em seguida, a sobre-exploração do trabalho utilizado em várias mídias passou a ser regulada por contrato, sem compensações salariais compatíveis com a superexposição (MICK e RIBEIRO, 2015, p. 14).

Essa constatação vai ao encontro do processo de juvenilização das redações que Baldessar (1998) e Mick e Lima (2013) descreveram, uma vez que jovens recém-formados, nativos digitais, estão mais propensos a aceitarem o papel de repórter multimídia. A autora aponta que a existência numerosa de jovens qualificados permite que empresários optem por contratá-los, em detrimento de profissionais com mais idade e experiência. É um processo que tem como consequência o aumento da rotatividade dos profissionais, a manutenção de baixos salários e o não oferecimento de cursos de atualização por parte das empresas.

4. DIÁRIO CATARINENSE: Reestruturação e indicadores de precarização

4.1. Procedimentos metodológicos

Para dar conta do objetivo geral, que é analisar as condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* durante o período compreendido entre 2014 e 2016, e dos objetivos específicos – observar as condições de trabalho na redação do jornal, conhecer a percepção dos trabalhadores sobre as mudanças ocorridas no período em estudo, investigar o processo de reestruturação ocorrido nesses dois anos e, por fim, refletir sobre a noção de precarização a partir do caso do periódico – a metodologia utilizada será o estudo de caso.

De acordo com Gil (2010), o estudo de caso consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Ainda segundo o autor, a utilização do estudo de caso tem crescido no âmbito das ciências sociais, campo de estudo em que “a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores” (GIL, 2010, p. 54).

De acordo com o autor, “em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel” (GIL, 2010, p. 141).

Para Yin (2015), a pesquisa do estudo de caso abrange tanto estudos de caso únicos quanto de casos múltiplos. Este trabalho se encaixa na primeira categoria, já que prevê o estudo de um caso único – o do *Diário Catarinense*. O estudo de caso pode ser baseado em fontes diversas. O autor aponta seis delas: documentação, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

A fase de discussão teórica do assunto tratado, que foi feita no primeiro e no segundo capítulo, é importante para o sucesso do estudo de caso. “Os contatos de campo relevantes dependem da compreensão – ou da teoria – do que está sendo estudado” (YIN, 2005, p. 49).

A documentação, por sua vez, é fundamental para embasar as evidências vindas de outras fontes. Nessa pesquisa, foram analisados documentos do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC) e matérias publicadas sobre o objeto de pesquisa.

As entrevistas, de acordo com Yin (2005), no estudo de caso podem ser mais fluidas do que rígidas. Também são fontes fundamentais de informação. O autor as classifica como: espontânea, focada e formal.

Inicialmente, o trabalho também previa uma etapa de observação *in loco*, que seria realizada na redação do *Diário Catarinense*. Usaríamos as técnicas etnográficas da observação participante. No entanto, não conseguimos autorização do jornal para realizá-la.

A técnica de entrevista escolhida foi a entrevista em profundidade, que Duarte (2015) descreve como uma técnica qualitativa que explora determinado assunto visando a busca de informações que serão analisadas e apresentadas de forma estruturada.

Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2015, p. 62).

Na entrevista em profundidade, não se busca saber “*quantas* ou qual a *proporção* de pessoas que identifica determinado atributo na empresa "A". Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados” (DUARTE, 2015, p. 62).

A técnica é dinâmica e flexível, uma pseudoconversa similar, mas também diferente, da entrevista jornalística: similar porque busca informações por meio de uma conversa previamente estruturada e diferente porque “o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão” (DUARTE, 2005, p. 64).

Na pesquisa, foram entrevistados 16 jornalistas – todos passaram pelo *Diário Catarinense* e alguns ainda trabalham no jornal. Os entrevistados não foram selecionados aleatoriamente: os objetivos da pesquisa foram levados em conta para defini-los. Assim, foram levantados os nomes de profissionais que pudessem contar a história do jornal e que entendessem seu funcionamento.

As entrevistas tiveram, em média, 1h de duração e foram gravadas entre os meses de setembro e novembro de 2016.. Os locais escolhidos foram a Universidade Federal de Santa Catarina e o centro de Florianópolis, a depender da preferência do entrevistado. Os entrevistados não serão identificados pelo nome ao longo do estudo de caso, mas por números (1, 2, 3...).

Na primeira fase das entrevistas, foram entrevistados oito jornalistas que trabalharam no *Diário Catarinense* durante os primeiros anos do jornal. Os entrevistados foram selecionados levando-se em conta a possibilidade de contarem a história do jornal – por isso, era necessário que tivessem sido funcionários nos anos iniciais. Buscou-se, também, abranger as diversas funções desenvolvidas em uma redação de jornal.

Quadro 1 – Identificação dos ex-jornalistas do *Diário Catarinense*

Identificação	Cargo
Jornalista 1	Editor
Jornalista 2	Chefe de reportagem
Jornalista 3	Redatora
Jornalista 4	Repórter fotográfico
Jornalista 5	Diagramadora
Jornalista 6	Repórter
Jornalista 7	Repórter
Jornalista 8	Subeditor

Fonte: elaborado pela autora

Foi utilizado um roteiro (apêndice A), que poderia ser flexibilizado de acordo com o rumo da entrevista. As perguntas foram baseadas nas discussões teóricas do primeiro e do segundo capítulos do trabalho.

Já na segunda fase de entrevistas, foram entrevistados oito jornalistas que trabalharam no *Diário Catarinense* durante o período compreendido entre 2014 e 2016. Os critérios de seleção foram os mesmos das entrevistas anteriores.

Quadro 2 – Identificação dos jornalistas atuais do *Diário Catarinense*

Identificação	Cargo
Jornalista 9	Repórter
Jornalista 10	Subeditora
Jornalista 11	Subeditor
Jornalista 12	Subeditora
Jornalista 13	Repórter
Jornalista 14	Editor
Jornalista 15	Editora
Jornalista 16	Subeditora

Fonte: elaborado pela autora

Todos os procedimentos mencionados, de levantamento bibliográfico, documentação e entrevista, foram realizados para que se consiga identificar se há ou não precarização das condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* e, por consequência, refletir sobre o fenômeno.

4.2. Históricos

De acordo com o site oficial do Grupo RBS, “o *Diário Catarinense* (DC) foi o último projeto idealizado pelo fundador do Grupo RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho”. A primeira edição foi publicada em 5 de maio de 1986 como o primeiro jornal informatizado da América Latina e o primeiro de Santa Catarina a utilizar fotografias coloridas.

A vinda do Grupo RBS para Santa Catarina, primeiramente com a televisão, em 1979, e depois com o impresso, aconteceu em uma época de valorização do jornalismo. O Grupo RBS, que já dominava o mercado da comunicação no Rio Grande do Sul, pretendia expandir os negócios para outros estados.

A contratação dos jornalistas que viriam a fazer parte do *Diário Catarinense* iniciou em dezembro de 1985. Era uma equipe grande e mista – a maioria catarinenses e gaúchos – que contava tanto com profissionais já renomados no mercado quanto com alguns recém-saídos da universidade.

Peguei a fase piloto, quando produzíamos o jornal, mas não tinha circulação. Fazia toda a produção como se a edição fosse ser comercializada, só que ela não saía. Era meio frustrante, mas mostrava que o jornal tinha uma pegada profissional nesse sentido de estar testando os processos, as equipes. Mostrava que tinha um arrojo editorial bastante interessante (Jornalista 8).

Trouxeram os melhores profissionais do Rio Grande do Sul, mas valorizaram os daqui também. Na editoria de geral, onde eu trabalhava, havia um editor, dois subeditores, quatro redatores e acho que uma equipe de 15 repórteres. Os salários eram melhores, tinha toda essa estrutura, eles realmente investiam em reportagem, as pessoas tinham carro disponível (...) Foi um momento muito bom (Jornalista 3).

O jornal abriu com sucursais nas principais cidades catarinenses – Criciúma, Lages, Chapecó, Blumenau e Joinville – na tentativa de concorrer com a imprensa local. Era um investimento que contrastava com as condições de trabalho oferecidas por outros jornais catarinenses da mesma época:

Cada sociedade tem o jornal que reflete o seu estágio naquele momento, e aqui só tinha o jornal *O Estado*, que era da oligarquia local. Joinville tinha *A Notícia*, Blumenau tinha o *Santa* e aqui tinha o *Estado*, que já estava em decadência e a RBS até tentou comprar, mas não conseguiu. O cenário era provinciano. (...) A RBS, ao entrar em Santa Catarina, deu um upgrade na vida de todo mundo porque Florianópolis só tinha o jornal *O Estado*, que pagava uma miséria. A RBS pagava bem para todos e em dia (Jornalista 2).

Comparativamente, era um período de vacas gordas da imprensa brasileira. E o DC veio para cá com essa mentalidade de empresa grande. Sem exagero, se precisasse alugar um helicóptero para fazer uma matéria eles autorizariam. Havia estrutura e investimento para fazer reportagem e jornalismo de qualidade (Jornalista 8).

O prédio que serviu de sede ao jornal desde sua fundação até o ano de 2011 está localizado no bairro Itaguaçu, região continental de Florianópolis. Projetado inicialmente para ser um shopping center, o imóvel tem janelas pequenas, com pouca vista para o mar. Mesmo

assim, nos anos iniciais, ainda era permitido fumar dentro da redação. No edifício, as editorias eram distribuídas por diversos andares.

Em uma época na qual a maioria das redações usava máquinas de escrever, a RBS precisou oferecer treinamento para o primeiro grupo de jornalistas contratados. Apesar de haver problemas de adaptação e de estrutura, a informatização implantada no *Diário Catarinense* desde sua inauguração é vista pela maioria dos entrevistados como um facilitador do trabalho. Os jornalistas contratados recebiam treinamentos.

Recebíamos, se não me engano, duas semanas de treinamento. O equipamento exigia que você tivesse outro domínio. Era um complicador, evidentemente, porque ninguém sabia direito como ia sair. Ia direto para a impressão, então havia uma pressão muito grande. Jornalista trabalha sempre contra o tempo e em um sistema informatizado era pior ainda (...) Mas uma coisa é inegável: as novas tecnologias facilitaram muito a elaboração do produto. Para escrever uma matéria antigamente, na máquina de escrever, era preciso escrever de novo ou riscar com a caneta. As novas tecnologias limpavam isso. Você podia a qualquer momento arrumar a matéria. Então, desse ponto de vista, era muito melhor de trabalhar. Acho que isso facilitou bastante (Jornalista 1).

Fui com aquele receio, “será que vou me adaptar?”, mas, para minha surpresa, tive uma adaptação muito fácil. Hoje parece engraçado, mas foi uma revolução naquele período. Mas eu me adaptei plenamente à tecnologia e ao processo de trabalho (Jornalista 8).

As máquinas eram bem simples de operar, pois eram como uma máquina de datilografia. Tu escrevia, salvava, mandava o texto para o editor ou para outra pessoa que te pedisse. Eram essas funções bem básicas (Jornalista 3).

No início do trabalho tivemos treinamento para falar sobre o layout do jornal, como deveria ser o título, o texto, o olho. Tudo isso foi treinado, estudado. Tivemos que aprender a escrever menos porque estávamos acostumados a escrever para o formato standard e o Diário era tabloide. Isso nos obrigou um pouco a escrever usando o lead. (...) No prédio redondo, em Itaguaçu, tinha um aquarozinho só para as CPU. Eram duas, enormes. Quando caía, para voltar de novo, ia madrugada adentro. Chegava a ficar 15 horas lá. Mas as pessoas levavam na boa porque naquela época era gostoso fazer jornalismo (Jornalista 5).

Quanto aos salários, nos primeiros anos de *Diário Catarinense* a percepção dos jornalistas oscila entre satisfatória e ruim, variando de acordo com o cargo e com a época. No

entanto, a remuneração não parecia ser um impeditivo na decisão de trabalhar no jornal. Alguns entrevistados também relembram a atuação do sindicato, especialmente a partir de 1987.

Era um salário satisfatório para o mercado. Não era muito acima do que estávamos acostumados a ganhar, dependendo do cargo. Desse ponto de vista, a RBS não significou nenhum grande avanço para o mercado. Era mais em termos de uma nova maneira de fazer jornal, trabalhar com uma equipe diferente. Existia o piso salarial dos jornalistas. Quando a gente ganhou o sindicato pela primeira vez, em 1987, tínhamos o segundo pior piso salarial do país. Quando saí da primeira gestão, tínhamos o maior piso salarial do país. (...) Então, bem ou mal, as pessoas ganhavam razoavelmente (Jornalista 1).

Vivia-se bem com o salário. Muita gente deixou de entrar para as lutas sindicais porque conseguimos [o sindicato] esse salário para eles e então se acomodaram (Jornalista 2).

A gente trabalhava muito porque era apaixonada pelo que fazia. A gente encarava numa boa, não nos achávamos injustiçados. Só do salário que reclamávamos, mas a nossa condição e nosso contrato eram melhores do que hoje (Jornalista 7).

Na época eu era um cara de 20 e poucos anos e as demandas pessoais eram outras, mas lembro que, para os padrões do mercado e para os meus padrões pessoais, eu ganhava bem (Jornalista 8).

Os salários eram muito baixos. O plano de cargos e salários era bonito no discurso porque no papel tinha repórter que ganhava mais do que eu – não que ele não merecesse, não é essa a questão. Mas do subeditor para o editor tinha muita diferença de salário e você fazia até mais (Jornalista 3).

Como estavam apostando em ocupar o espaço, o salário era baixo, mas as condições de trabalho eram boas. Principalmente se comparando com o jornal O Estado, por exemplo (Jornalista 4).

A jornada de trabalho era, no início, de 5h diárias, com pagamento previsto de horas extras – que nem sempre eram pagas, o que levou jornalistas a processarem o jornal. A jornada é descrita como mais extensa nas sucursais do interior do estado.

Mas, além do investimento em grandes equipes e em tecnologia, o Grupo também apostou na eliminação da concorrência – que aconteceu aos poucos, nas décadas seguintes.

Eles entraram com essa vontade de tomar conta do mercado e realmente conseguiram. O jornal O Estado não conseguiu fazer frente porque não tinha a

experiência que tinha a Zero Hora, uma empresa de comunicação mais sólida que vinha de um grande centro, que é Porto Alegre. Aqui ainda era muito provinciana a maneira como os dirigentes viam a comunicação. Não tiveram como concorrer (Jornalista 1).

Florianópolis tinha aquele provincianismo e os leitores eram muito fiéis ao jornal O Estado. (...) Houve um certo preconceito com o Diário, mas o jornal foi entrando e acabou tomando conta (Jornalista 5).

Depois daquele período é que veio uma fase de decadência, de declínio. Com a postura de monopólio que a RBS tem, acabou acelerando esse processo de decadência das empresas regionais, como o jornal A Notícia e O Estado, que não souberam conviver com o mercado que passava por transformações e especialmente por esse processo de centralização da propriedade (Jornalista 8).

Golembiewski (2005) observa que o jornal “foi implantado no estado com o que havia de mais moderno em termos de redação informatizada naquela época”, permitindo que as principais cidades catarinenses ficassem interligadas e dando um caráter estadual ao jornal. Em termos editoriais, por outro lado, “seguiu a linha dos demais jornais catarinenses: ter preferência política por determinados partidos”.

A cultura da RBS no Rio Grande do Sul já era essa, do localismo. Chegou aqui com aquele discurso “a RBS ama você” e “os manezinhos se amam”. Questão de marketing. (...) Também investiram muito em futebol, acompanhando os times catarinenses como se fosse a Copa do Mundo. Esse localismo é uma técnica já conhecida, mas o que não pega é eles quererem empurrar isso goela abaixo da massa – “você é um catarinense, afirma a televisão gaúcha”. Mas isso faz parte do jogo (Jornalista 2).

Todo jornal sempre teve sua linha editorial. A gente sabe que sempre foi da direita. Mas conseguíamos encaixar algumas coisas também da esquerda, cobríamos as greves (Jornalista 5).

A ruptura dos jornalistas entrevistados com o jornal foi, em sua maioria, motivada por demissões sem justa causa por parte da empresa. Para isso, são citados dois motivos: num primeiro momento, demissões políticas, devido ao envolvimento com o movimento sindical. Depois, a partir de 1988, demissões em grupo, por corte de gastos. O ano é citado por alguns entrevistados como um marco a partir do qual os jornalistas começaram a ser demitidos em

“passaralhos”. Nessa época, já se pode notar questões de não-reposição, que ocorre quando um jornalista é demitido e outros que seguem trabalhando absorvem suas demandas.

Eu saí em um passaralho, em 1988, com toda aquela gente de fora que começou trabalhando. A fotografia, por exemplo, 12 ou 13 pessoas, foi zerada e colocaram gente nova para um novo momento da empresa. Era um momento em que eles já tinham conquistado espaço e podiam voltar a ser o que eles eram, aquela coisa mais mesquinha. E não repuseram, pois tiravam 10 e colocavam 5 de volta (Jornalista 4).

Em 1988 começaram a demitir mesmo o pessoal. Eu fui em agosto, em um passaralho que começou em fevereiro daquele ano, se não me engano. A gente ficava lá dentro, o pessoal novo chegando, chefias novas. A gente chegava, abria o computador e cadê a senha? Aí você já sabia. Os primeiros iam reclamar, mas os próximos já sabiam que tinham sido demitidos. A partir de 1988 não me interessava mais trabalhar lá. O clima na redação não era legal (Jornalista 5).

Entrei para uma chapa do sindicato e, quando a RBS soube, me chamaram e me demitiram. Passei oito meses na justiça e, nesse meio tempo, ao final dos oito meses, talvez tenham chegado à conclusão de que o desgaste era inútil. Então houve um acordo para me reintegrarem. Fui reintegrado, mas colocado à disposição do sindicato. (...) Tentei fazer algumas coisas diferentes, às vezes conseguia. Estava batalhando por uma coluna de humor, que só consegui fazer em cadernos de verão. O máximo que podia almejar, como ainda tinha imunidade sindical, era ficar comportado lá, e daquele jeito não me interessava continuar. Para mim não valia mais a pena, então pedi demissão em 1997 (Jornalista 1).

A partir do ano de 1988 é possível identificar também, com base nas entrevistas, uma perda do otimismo inicial.

Os caras que entraram nos nossos lugares já trabalharam muito diferente. Saía um carro com cinco caras dentro e ia deixando um fotógrafo aqui e outro lá. Depois de fazer a pauta tinha que ficar 1h sentado na escada da catedral esperando o carro passar de volta (Jornalista 4).

Chegou um período em que o jornal começou a perder força. Foi em 1988, quando começaram a demitir pessoas que trabalhavam 7 horas. O sindicato tinha conseguido, principalmente a partir de 1987, 100% da hora extra, então o salário ficou bom. Foi ali que viram que não iam conseguir segurar e começaram a demitir o pessoal e a contratar por 5h. Aí o trabalho começou a

ficar precário. Hora extra nem sempre era paga, tanto que fui para a justiça por essa questão do pagamento errado (Jornalista 5).

O jornal veio com esse espírito de empresa grande, que durou um ano e meio, dois anos, no máximo. Depois começou a lógica da RBS, que é impor salários baixos e arrocho salarial. A lógica da RBS era assim: grande é a Zero Hora. Se a Zero Hora paga certo salário, a RBS vem para Santa Catarina e paga menos que isso (Jornalista 2).

Alguns entrevistados também mencionaram que saíram do jornal por encontrarem outros trabalhos, que proporcionavam salários maiores. Os passaralhos, no entanto, continuaram a acontecer.

Saí em 2000 porque recebi outra proposta, mas só aceitei porque mudou a direção do Diário. Entrou um editor que acreditava que política era somente serviço, não tinha cobertura de bastidores, deveríamos ficar na redação e fazer as matérias por telefone. Eu não pediria demissão nunca, ficaria em redação a vida inteira porque eu amo apurar, sentar e escrever, mas saí porque a coisa foi ficando insuportável pra mim, contrária a tudo o que é o jornalismo na minha visão. Mas esse editor não era o único que pensava assim. Era o produto da mudança de visão do Grupo na época, que mudou para algo bem comercial e, na minha maneira de ver, absolutamente equivocada (Jornalista 7).

Fui demitida junto com outros colegas em 2010. Eles já vinham demitindo, em duas semanas acho que demitiram, em Florianópolis e no interior, umas 30 pessoas, ou quase isso (Jornalista 3).

Em 2011, a redação foi transferida para um prédio maior e mais novo, localizado na SC-401. A mudança foi recebida com otimismo pelos profissionais, como se pode notar em alguns relatos.

Aquela redação da SC-401 era muito boa primeiro porque integrava as editorias, segundo pelo espaço mesmo. As condições de trabalho eram muito melhores em relação ao prédio de Itaguaçu (Jornalista 11).

Os primeiros anos da nova redação foram de incerteza quanto ao rumo do jornal, com demissões e mudanças de posicionamento.

Num determinado momento... a gente nunca sabe como as coisas aconteceram porque um que chegava de chefe dizia vamos pra um lado. Dava uma dificuldade: vamos pro outro. Dava outra o cara era mandado embora, vinha

um outro novo e vamos pra um lado e vamos pro outro. Ao invés de se incrementar a ida pro online do pessoal do impresso, fizeram o contrário. Pegaram a meia dúzia do online e distribuíram pras ilhas do impresso. E toda aquela de integração que era pra ter tido voltada pro digital foi por água abaixo. E a gente continuou fazendo jornalismo igual fazíamos antes quando tínhamos a redação cheia e quando o foco da empresa era de fato o impresso.

No final de 2012 tivemos o último grande congresso de jornalismo promovido pelo antigo dono do Diário, que era o Grupo RBS. Dos seis mil colaboradores, eles selecionaram 2 mil colaboradores que consideravam como figuras-chave dentro de suas equipes. E levaram esse pessoal pra dentro do salão de artes da PUC. Foi uma coisa que a gente percebeu que tinha várias simbologias. Todo o encontro era pra dizer qual era o rumo que o jornalismo e a empresa deveria tomar a partir de então.

Era o Nelson Sirotsky lá na frente com um tablet na mão lendo as perguntas. Todo mundo falando em guinada digital. Teve palestrante do Google, mega evento, não deve ter sido barato. Não vou nem te dizer que era uma lavagem cerebral pra galera sair dali entendendo qual era o rumo da empresa diante da suposta crise do jornalismo, porque eu não entendo como crise, mas o rumo que a gente deveria tomar diante desse novo cenário nesse mercado aí.

A gente chegou na redação na segunda-feira seguinte e parecia que nada daquilo tinha acontecido. As pessoas seguiram trabalhando exatamente tal e qual como faziam. A gente perdeu praticamente um ano. A gente perdeu todo 2013 sem saber o que a gente queria fazer da redação. Isso atrapalhou os planos (Jornalista 14).

Nos últimos anos de permanência no prédio da SC-401, no entanto, alguns indicadores de precarização se acentuaram. Em agosto de 2014, as diferentes editorias do jornal foram separadas de maneira diferente, o que dividiu as opiniões dos jornalistas. De acordo com o site do Grupo RBS, as mudanças incluíam a separação das notícias em quatro seções: Notícias, Sua Vida, Esportes e Anexo. A primeira parte trazia o noticiário tradicional, com notícias de política, economia etc.; a segunda, conteúdos sobre comportamento, vida moderna e serviço; a terceira assuntos ligados ao esporte; e a quarta, variedades.

Em 2014, vi algumas mudanças positivas. Trazer uma editoria de notícias era bom porque algumas matérias ficavam muito segmentadas – economia era só economia, política idem. Acho que abraçar isso junto com a geral dá uma cara diferente para as notícias, traz especialistas de outras áreas para falar sobre os assuntos. Só que isso não pode ser feito de qualquer jeito, se não vai ficar tudo

misturado. Tem que ser feito de maneira inteligente. O que eu achei legal da editoria Sua Vida foi dar espaço para pauta que antes não conseguíamos fazer no jornal, para histórias de vida, que ficavam muito escondidas. Antes eram pautas muito pesadas. Acho que ganhou também algumas pautas na área de saúde, educação (Jornalista 9).

Como conteúdo não foi bom. Não se faz nada. Se for ver os conteúdos... Qual é a matéria de economia que o jornal faz? A cobertura de política é pontual. Depois, vira release da prefeitura e do governo do estado. O jornal não cobre câmara dos vereadores, assembleia legislativa. Não cobre governo do estado a não ser quando tem coletiva. Eu acredito que isso reflita sim. Acho que hoje os políticos dão pouca importância ao jornal. Não veem mais o jornal como referência. Você tem ali os colonistas e o resto não tem matéria de político. A não ser nesses períodos como eleições. E elitiza muito a economia. (...) Escolhe-se sempre os mesmos líderes empresariais. Mesmas fontes, não tem diversidade de fontes. O que aquele entrevistado diz é o que já está no site da instituição que ele representa, pode ser FIESC, ACI, CDL. O jornal deixou de ser principal, é um coadjuvante. Ele perdeu o protagonismo (Jornalista 13).

A integração começou ali por 2014. Mas 2014 foi um ano prejudicado, teve eleições, teve copa. E a gente continuou mesmo naquele limbo, sem saber que rumo a gente ia tomar.

Passou a eleição e agora vai, virado pro digital, buscou-se modelos de fechar o site [utilizando *paywall*, quando os leitores precisam pagar para terem acesso às notícias do site]. E nunca chegou um comandante ali que permaneceu tempo suficiente para conduzir e apostou em uma ideia e não desistiu naquele primeiro entrave (Jornalista 14).

As condições de trabalho dos jornalistas nesse período, que no presente trabalho teve como marco inicial o ano de 2014 e final o de 2016 (quando ocorreu a venda da parte catarinense do Grupo RBS e a mudança da redação do *Diário Catarinense* para o Morro da Cruz) é o que tentamos analisar na próxima parte.4.3. Condições de trabalho no período 2014-1016

4.3.1. Salários

A maioria dos entrevistados acredita que poderia ter um salário maior, no entanto, ao comparar a remuneração com a de outros veículos da cidade, concluí que não ganha mal, especialmente para cargos iniciais.

Os jornalistas do *Diário Catarinense* recebem o piso dos jornalistas previsto para o estado de Santa Catarina, além de horas extras incorporadas ao salário. A principal reclamação, no que diz respeito à remuneração, foi a dificuldade em receber aumentos, promoções e reajuste. Para serem promovidos, em geral os jornalistas precisam recorrer aos cargos de gestão.

As pessoas falam que RBS é a rede de baixos salários. Mas pensando nas outras empresas eu não diria que é um salário ruim. Não é bom, mas também não é ruim. A RBS paga o piso, paga as horas extras adicionais. A principal questão é que você entra com um bom salário inicial, mas lá dentro tem dificuldade de evolução. Passa anos lá dentro com o mesmo salário, só tem umas atualizações do sindicato. Claro, se vira editor ganha mais, mas nem todo mundo quer ser. O plano de cargos e salários parecia algo mais para dificultar do que para facilitar. O salário não é ruim, mas a evolução é difícil. E, quando finalmente consegue, dão um aumento de 40 reais (Jornalista 10).

Quando eu saí eu ganhava 4.100 reais por conta dos aumentos e tal, então eu conseguia pagar minhas contas, só que é difícil. O professor para ganhar 4 mil reais tem que ser no mínimo mestre, trabalhar full time. São funções da mesma área, das ciências sociais, então você percebe que não era horrível. Mas a que preço? (Jornalista 12).

Tive um problema do reajuste salarial, que foi retroativo. Demorou uns 8 meses para chegar (Jornalista 9).

Historicamente, digamos, jornalista é uma profissão que você já entra sabendo que não vai ser bem remunerado, que vai trabalhar muito e não vai ter as melhores condições de trabalho. Tradicionalmente a RBS não era um veículo que procurava fazer diferença nesse contexto (Jornalista 13).

Foi determinado em uma reunião do sindicato dos patrões que o máximo de aumento do salário era 5%. O que para o sindicato dos jornalistas é uma ofensa. A inflação era mais de 9%. Eu concordo com o sindicato. É evidente que não tem como o 5%.

Tentando olhar o copo meio cheio, a gente ainda tem uma empresa que oferece toda uma estrutura, uma projeção. A gente sabe que o mercado tá apertado. Se eu for para outra empresa... o mercado é restrito, talvez a gente não consiga nem isso em outro lugar. Talvez a gente chore de bariga cheia. Mas é óbvio que o sindicato tá certo em pedir o que é nosso direito.

Quem consegue no final das contas pagar é a empresa maior. As empresas

menores não estão pagando. (...) Querendo ou não acaba nivelando (Jornalista 14).

Pelo trabalho que eu tenho, acho que deveria ganhar mais. Não acho que eu ganhe mal, mas o nosso mercado remunera mal. Um engenheiro que tem a mesma responsabilidade que eu certamente ganha mais (Jornalista 15).

4.3.2. Jornada de trabalho excessiva

A jornada de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* é de 42h semanais — 8h diárias e um sábado ou domingo trabalhado a cada 15 dias, de acordo com a escala. São 3h a mais do que a jornada de 5h prevista por lei. É comum que a jornada se estenda especialmente para cargos de gestão, que dispensam o uso do cartão de ponto.

É uma realidade que vai ao encontro daquela apontada na pesquisa realizada por Mick e Lima (2013), segundo a qual a jornada de trabalho que ultrapassa 5h faz parte da rotina de 43,3% dos jornalistas brasileiros. 45,1% dos profissionais da categoria trabalham mais de 8h e 4,5% mais de 12h diárias.

Quando entrei como editora, não batia mais ponto, e até meu marido brincava que meu horário ia das 14h até o infinito (Jornalista 10).

Especialmente no período eleitoral eu trabalhava muito. Não sei dizer exatamente quantas horas, mas a partir de abril até outubro minha jornada só aumentava. Editava o material e planejava o dia seguinte no final do dia. Mais no final da cobertura teve mais editores que se integraram, mas era uma jornada que só aumentava. Lembro que eu torcia para não ter segundo turno. No final, antes de ser demitido, eu devia ficar praticamente o dia inteiro porque a demanda era muito grande (Jornalista 11).

A jornada de trabalho era muito variada, meu horário trocou várias vezes e você marcava médico para daqui a dois, três meses, porque a Unimed é assim, só que daqui a dois ou três meses tinha um projeto que você tinha que remarcar. Me parece que o senso de responsabilidade do jornalista com o produto final é tão grande que as pessoas abrem mão de tudo. Porque se você não fizer algo toda uma equipe vai estar te olhando. Então as pessoas não iam no médico. Eu não tinha mais vida social.

Me colocaram em um horário das 17h à 1h da manhã. Meu celular era conectado em notícias 24h, era insano. Mas foi uma escolha. Quando saí,

descobri que não sabia viver de outro jeito. Eu tive que fazer um detox porque era viciada em conferir as novidades. Hoje a ansiedade informativa já não é tão grande. Isso era consequência direta da rotina que a gente levava.

Veio um diretor de redação que tinha uma questão de relacionamento com as pessoas, uma inacessibilidade de contato e abordagens bizarras, muito assédio moral, em um nível que eu não conhecia. Hoje eu abstraio, mas se eu passasse pelas pessoas na rua há uns seis meses, acho que eu paralisaria. Ele queria que fosse feito, não importava como. Então tinha jornadas de 14h, 15h. Jornadas de 15h uma vez por semana nesse um ano e meio. Às sextas-feiras tinha uma coisa insana, que acabou porque não tem mais jornal de sábado. Entrava-se às 14h e saía-se às 2h, 3h, 4h da manhã. Então eu vivenciei isso por uns três meses. Jornadas de 10h eram diárias, pouca gente trabalhava 8h no meu setor.

Você é subeditor, aí você tem cartão. Aí te davam uma suposta promoção e te tiravam o cartão ponto. Porque você tinha sua rotina controlada e eles estavam em contenção e não podiam pagar hora extra. Então eles te transformam em gestor, te colocam como gestor de uma pessoa só para poder ficar mais horas (Jornalista 12).

De modo geral, se trabalha em casa, ou seja, fora do horário. Se trabalha muito dentro da redação quantitativamente, não qualitativamente. Então hoje quanto mais matérias um repórter colocar no site, talvez ele receba — não um melhor salário — mas um elogio público do chefe. Porque ele tem um ótimo, que eles consideram, rendimento digital. Mas são matérias que... são B.O. de polícia, trânsito, releases de polícia, tempo, temperatura. As pessoas estão trabalhando muito, mas em quantidade, não com qualidade (Jornalista 13).

4.3.3. Intensidade do trabalho

A intensidade do trabalho é “impactada de forma direta pela evolução tecnológica dos instrumentos de trabalho (smartphones, tablets e mobiles em geral), estendendo a jornada às 24h do dia” (LIMA, 2015, p. 2).

De acordo com os relatos analisados, no *Diário Catarinense* é comum que a jornada se intensifique e estenda também para além do espaço do jornal: a necessidade de continuar respondendo emails, escrevendo e fazendo outras funções voltadas ao trabalho depois do expediente também apareceu nos relatos analisados.

Tenho repórter que trabalha das 11h às 19h, faz as coisas, vai embora e em casa faz gráfico para mandar pro digital. Acho que precariza e acho que existe

uma exigência de que isso seja feito. Ao tempo mesmo, é cruel, não vejo isso mudar. Não vejo mais a possibilidade da gente trabalhar 8h, escrever uma matéria pro jornal e ir embora. Isso não vai acontecer mais (Jornalista 15).

O jornal te suga muito, te quer o tempo inteiro. Estava em algum lugar e tinha que mandar informação, estava em casa e ficava pensando (Jornalista 9).

Tenho a segurança de que não vou ser demitida porque inviabilizaria o jornal. (...) Eu assino como uma função e faço outra. Então isso já é um exemplo de como as pessoas estão sobrecarregadas (Jornalista 15).

Não tive relacionamento ruim com ninguém, mas o clima da redação, às vezes, era muito desanimado. A curto prazo com as demissões e a longo prazo com a falta de perspectiva de carreira. Não via futuro ali dentro e tinha a mesma impressão sobre outros colegas. Uma coisa que me incomodava e estressava era só falarmos de problemas de jornal o tempo inteiro. Tinha muitas pessoas legais, mas o clima não era bom (Jornalista 10).

4.3.4. Acúmulo de funções (Jornada multifunção)

O acúmulo de funções foi um dos traços de precarização mais evidentes dentre os jornalistas do *Diário Catarinense* que foram entrevistados para este trabalho. De acordo com o relatos, com as demissões e a não-reposição intensificados a partir do ano de 2014, a necessidade de desenvolver funções diversas também cresceu.

Quando eu entrei no online, já tinha acúmulo, Alguns meses, talvez um ano antes, tinha toda uma editoria com vários repórteres para fazer o que eu fazia. Aí substitui por um repórter de manhã e um a tarde, todas as demandas do online. Não tinha como. Em 2014, os repórteres começaram a escrever já adaptando o texto para o online (Jornalista 9).

Eu nunca tinha mexido no Indesign e nessa época [na qual precisei começar a diagramar] tive crises de pânico. a pior coisa que me aconteceu nos meus dez anos de RBS foi quando a gente teve que começar a diagramar. Eu tive umas três crises de pânico de ter que descer e chorar copiosamente. Eu sempre fui multitarefa e conseguia trabalhar multimídia, mas teve esse aspecto técnico, sendo que existe a função do diagramador. Eu vinha mais cedo para aprender a mexer nas ferramentas. Foi a pior coisa do acúmulo de função (Jornalista 12).

Foi passando tempo e foram percebendo que era muito mais vantajoso reaproveitar as pessoas acumulando funções. E aí, partindo disso se começou a diminuir o quadro da redação (...).

Você tem uma cobrança de qualidade mas não tem mais o mesmo tempo ou o número de pessoas pra fazer tudo que tu pede. Diminuiu o número de funcionários de um modo que acabou arrojando para quem permaneceu. Vai reclamar disso pra ver o que acontece! Não é bem recebida a reclamação. A partir do momento que você reclama, você passa a ser um entrave e tua cabeça tá a prêmio. Ainda se produz muito jornalista na faculdade e tem uma reserva de mão de obra. E a empresa sabe disso (Jornalista 14).

A gente tem que dominar muito mais coisas agora. Tem que entender de onde vêm as demandas dos leitores, tenho que entender da logística do jornal porque antes tinha alguém que fazia isso. Antes era só editora, agora sou editora de colunista, de plantão, de capa. Tenho multifunções que exigem que eu esteja muito atendida (Jornalista 16).

Mais recentemente, no entanto, após setembro de 2016, quando da mudança da redação do *Diário Catarinense* do endereço na SC-401, em Florianópolis, para o Morro da Cruz, o corte de gastos alcançou também os motoristas, que levavam repórteres e fotógrafos para realizarem as pautas. Foi uma mudança que afetou principalmente o trabalho dos repórteres fotográficos, que passaram a dirigir.

Um ponto que pra mim foi triste foi o corte dos motoristas. (...) A gente foi percebendo que esse momento ia chegar porque foi se pedindo que os nossos fotógrafos fossem dirigindo. Chegou um momento em que o repórter ia com a câmera e dirigindo. Aí não tem. O termo da precarização tá mais que apropriado. Nem se eles dessem uma diária pra gente dirigir. Não vale. (...) Dificultou muito a vida do repórter, é uma preocupação a mais, um stress a mais.

É lamentável, é ridículo é absurdo. Eles estão caindo em um descrédito com a redação... A precarização é nítida. em vários pontos eu tento olhar o copo meio cheio, mas em várias questões a coisa descambou. Nesse quadro a gente vive de incerteza. Quem prestava suporte está sendo desvalorizado (Jornalista 14).

Agora os repórteres e fotógrafos estão dirigindo, demitiram os motoristas. E a gente sabe que a frota está “baleada”. Muitos carros com problema. Uma coisa é você ter um motorista profissional dirigindo um carro com problema, outra é ter uma pessoa que é acostumada a dirigir seu carro particular. Essas coisas não aconteciam.

Eu acho que é uma questão de segurança. Porque os profissionais vão trocando ideias de como fazer a foto e o vídeo. Agora precisa prestar atenção no trânsito.

Uma questão que quem dirige está preocupado: as multas vão para carteira de quem? Vão pra carteira da pessoa que dirige. (...) Esses dias alguém me disse que o cara vinha dirigindo e falando com o editor pelo telefone (Jornalista 13).

4.3.5. Infraestrutura

A mudança de redação ocorrida em 2016 precarizou as condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* em termos de infraestrutura. Para alguns jornalistas, a mudança para uma redação menor, de mais difícil acesso, é emblemática em relação à perda da relevância do jornal.

Aumentou o período da permanência das pessoas dentro da redação num espaço que não é bom, muita gente amontoada. (...) Uma coisa que a gente percebeu que a higiene mudou muito quando mudou para a SC-401. Ele começou muito lindo. Depois com a demissão das pessoas das terceirizadas começou a ficar sem papel higiênico. Aqueles trabalhadores responsáveis pela limpeza não estavam conseguindo dar conta de um prédio daquele tamanho. Nessa nova redação tem muito mais gente usando os mesmos banheiros. (...) Aumentou o número de pessoas [no prédio do Morro da Cruz] mas não aumentou o número de trabalhadores para fazer essa função e isso é visível.

(...) Pode ser que em termos de conteúdo até melhora com a proximidade para as outras plataformas. Mas enquanto acomodações... lá [no prédio da SC-401], por exemplo, tu tinha sala de entrevistas. Ali não tem. Tem pessoas que saem das suas bancadas e vão pra rua para fazer entrevistas com as pessoas, porque a redação é muito cheia. Vão pra rua, ligar do celular (Jornalista 13).

Teve uma mudança recente onde passamos da redação da SC para o morro da TV. A redação da SC-401 era outro mundo. Era absurdamente melhor que a da própria Zero Hora, que é o carro chefe do Grupo RBS. Achava imponente, sensacional, mas sempre achei que não era condizente com o tamanho do jornal.

Vamos combinar que o jornalista que chega para trabalhar em uma redação como era a do Diário, um andar inteiro que tinha bastante gente, que tinha aquelas telas, era uma redação poderosa. Eu lembro que quem visitava ficava fascinado. Aquilo dava uma importância maior inclusive para o jornalista que estava ali dentro.

Quando mudou o diretor executivo, uma das primeiras coisas que ele falou foi da sede. Já veio com uma ideia de começar um enxugamento. Ele deu um diagnóstico que era visível pra todo mundo. “A gente tem pouca gente em muito

espaço”, e a gente olhava e era isso mesmo. No entorno tinha 10 salas vazias. Era imponente, mas não era condizente. (...) Quando falaram o lugar que a gente ia trabalhar, que chegaram as primeiras imagens de onde seríamos realocados, todo mundo se assustou porque parecia que o novo ambiente não passava de uma salinha de startup.

Passar de uma redação imponente que era para um retângulo... Não dá um terço do ambiente em que estávamos. E aí, a moral do cara fica abalada. Sair de uma redação só tua... nós nos sentíamos importantes. E agora está socado em um lugar que todo mundo reclama que é pior de chegar. A gente se sentiu menos importante que quando estava na outra imponente. Isso é precarizar? Não sei. Mas, sim, tem impacto negativo sobre a produção. E sobre o modo como nos enxergam lá fora também (Jornalista 14).

A principal mudança é que hoje a gente trabalha num lugar muito menor. É uma sala grande, comprida, com mesas dos dois lados e um corredor pequeno. É um lugar onde estamos mais próximos mas isso é um problema porque você fala e todo mundo escuta. Não tem sala para fazer reunião de pauta, até tem mas é fora da redação porque é um ambiente da TV, parece que ainda não nos apossamos. Ainda tem uma coisa de “lá era um ambiente muito maior, imponente” (Jornalista 15).

Também se verificou a perda de outros benefícios, como o vale refeição, que antes poderia ser utilizado em qualquer estabelecimento, como restaurantes e lanchonetes. Agora, os jornalistas têm direito a 30 refeições mensais, que devem ser feitas obrigatoriamente no restaurante da empresa.

Uma coisa que foi bem ruim é que tinha o vale-refeição. Tu recebia teu salário e um cartão e recebia uma quantia de cerca de 300 reais de vale-refeição e utilizava onde quisesse: no restaurante do jornal ou em outro lugar. O que eles fizeram: tiraram esse cartão. E deram o direito a pessoa ter uma refeição por dia lá. Porém todos aqueles que não almoçam na redação, perdeu esse benefício. Então eles tiraram um benefício e não deram uma escolha. Isso chateou muito as pessoas.

Os novos gestores não estão entendendo as demandas das pessoas que trabalham no jornal, está faltando perspicácia ao tratar das demandas, o que leva em conta a estrutura física, a situação econômica do país. E isso está refletindo em um jornal que é feito com muitos erros (Jornalista 13).

4.3.5. SuperAção e problemas de gestão: assédio moral?

Para além dos indicadores de precarização mencionados, os problemas de gestão também apareceram nos relatos dos jornalistas. É utilizado um método de avaliação chamado de SuperAção, no qual líderes e liderados definem objetivos trimestrais que, caso cumpridos, teoricamente devem resultar em aumentos de salário. O SuperAção, no entanto, causa desconforto entre as duas partes, já que os liderados são avaliados por meio de notas. Jornalistas também apontam dificuldade para implementar o método.

Teve alguns momentos ruins com a implantação do SuperAção, que era difícil para as pessoas lidarem. Nós jornalistas temos dificuldade em encontrar métricas para mensurar nossos resultados. É mais qualitativo do quantitativo. Não tinha muitas pessoas que nos orientassem bem (Jornalista 10).

A gente tinha cada vez mais funções de gestão que tomavam o tempo da gente - ponto, folgas, SuperAção (Jornalista 11).

Quando entrou o SuperAção, por conta das notas boas, eu ganhava um plus de uns R\$ 100,00 por ano. Só que aí a participação nos resultados começou a não ter. Então a gente também percebeu que o SuperAção, assim como era uma moeda para ganhar mais recurso no seu salário, começou a ser utilizado como moeda nas calibrações. (...) A condução era completamente errada, sem acompanhamento de um gestor administrador que tenha experiência com isso (Jornalista 12).

Não deixa de ser um assédio porque as pessoas não acreditam que vá trazer algum benefício. Tem alguns casos onde os gestores têm menos experiência, vai para o comitê de calibragem, mas como um editor pode avaliar o repórter com o qual ele nem trabalha? (Jornalista 13).

Teve a reestruturação em que se criou o modelo em Y. Quando entra tu segue pro P de profissionais ou L que são as lideranças. Acabou com isso a coisa da barganha. Pro cara pedir aumento na base da barganha. Se implementou a tal meritocracia. (...) Foi injusto, o SuperAção teve uma rejeição altíssima.

Tudo muito motivado por falta de comando, que reflete a incerteza da empresa. A gente fala de precarização do jornalismo e da redação. Mas a gente foi atrapalhado por toda uma bagunça gerada pelo pessoal que comanda a empresa. Por isso eu não falo em crise do jornalismo.

Eu vejo bons profissionais fazendo excelente jornalismo. Então o jornalismo como profissão não está em crise. Eu vejo pessoas talentosas e esforçadas sendo vítimas da crise da indústria jornalística, que é uma coisa diferente. É uma má gestão diante de um mercado que se transformou e a empresa teve uma dificuldade tremenda (Jornalista 14).

4.3.6. Saída do jornal

A ruptura com o jornal deu-se por motivos diversos, como demissão e saída voluntária.

Levou uns oito meses para ter uma vida pós-jornal (...) Mas o vínculo com a factualidade das coisas era um vício, então eu levei uns oito meses para me reprogramar. Eu re programei a minha vida. Então a ideia foi: eu vou fazer o que da minha vida? Eu não sabia fazer mais nada. Foi bem doído. Eu não fiquei depressiva, chorei uns dois dias em casa porque todo mundo que tá lá dentro que não é da geração millennial, que muda de emprego toda hora... a minha atitude era de alguém que queria construir uma carreira, que vivia uma luta interna entre o inferno, o caso que era e o nosso objetivo. A gente faz qualquer coisa pela notícia. (...) Foi doído, é claro que me orgulhei de algumas coisas que fiz, mas tem bem essa diferenciação. Quem eu fui no DC e quem o DC foi pra mim (Jornalista 12).

Em geral avalio a experiência como positiva, durante um período. Depois começou a ficar não tão mais saudável assim. Como experiência profissional, eu aprendi bastante. Como experiência pessoal, não. Eu fiquei doente, desenvolvi pressão alta. O stress me fez desencadear várias coisas. Hoje estou com a pressão alta estabilizada, mas tem que dar uma olhada sempre, porque pressão alta não some.

Eu não tive a mesma coisa que muita gente falava, de “nossa, isso que é vida”. Eu tive um pouco disso, mas já sabia que ia ter. Eu vejo que 90% das pessoas que trabalham lá pensam que não existe vida pós-DC. “Se eu for demitido, o que vou fazer?”. Depois que saí de lá tive um baque, minha saúde melhorou super rápido. Foi quando minha saúde começou a piorar que eu percebi que não era normal, que não ia ficar porque não era saudável (Jornalista 9).

Eu não estava mais conseguindo ficar no jornal, estava muito pesado para mim, então pedi para sair. Comecei a questionar o fato de estar no jornalismo e resolvi mudar de área. Hoje trabalho com produção de texto freelancer e parti para outra área de estudo, outra graduação. A minha ruptura foi demorada porque eu não sabia se queria sair do jornalismo ou do jornal. Então quando defini que ia mudar de cidade, fazer outra graduação, resolvi sair. Foi bem confuso porque o que eu sinto é que, quando estava no Diário, a gente fica muito fechado no mundo (Jornalista 9).

Fui demitido com a justificativa de ter um dos salários mais altos e da contenção de despesas, além de não ser mais gestor (Jornalista 11).

4.3.7. Venda

Em março de 2016, foi anunciado um acordo entre os acionistas do Grupo RBS e os empresários Lirio Parisotto (que depois abandonaria a sociedade) e Carlos Sanchez, do Grupo NC, juntamente com outros investidores, para a compra das operações de jornal, televisão e rádio que atuavam há 37 anos sob a marca RBS no estado.

A história do Grupo NC começa na década de 1950, em Santo André, São Paulo, quando Emiliano Sanchez cria a Farmácia Santa Catarina. Nas próximas décadas, o negócio é expandido e passa a desenvolver produtos farmacêuticos, abrindo uma fábrica em São Bernardo do Campo. Surge o Laboratório EMS. Em 1988, adquire o laboratório Legrand. O nome “Grupo NC” surge em 2014, abrangendo o EMS e outros negócios em um conglomerado de 7 mil funcionários.

Até 2016, com a compra da RBS de Santa Catarina, o Grupo NC não tinha atuação no segmento de comunicação. Sobre a venda, Christofolletti (2016) questiona:

A saída da RBS de Santa Catarina foi positiva para os funcionários? Difícil dizer ainda. A depender dos planos de Parisotto, Sánchez e demais investidores. (...) Entretanto, a transição de dois anos deve trazer novos episódios em breve, imaginam alguns. No final das contas, a venda da RBS em Santa Catarina foi uma ótima notícia para seus compradores. Ganham os empresários porque amealham uma marca forte, uma estrutura consolidada e um mercado servil.

Foi anunciado um período de transição de dois anos. As mudanças que têm ocorrido desde a venda são avaliadas como negativas pelos jornalistas – demissões, continuaram a ocorrer, sendo que a dos motoristas, já mencionada no item 3.3.4, acarretou em mais acúmulo de funções para os repórteres fotográficos; mudança para a redação menor; perda de benefícios como o vale refeição. A sensação que predomina, no entanto, ainda é a de “limbo”.

A gente nem tem condições ainda de fazer uma análise [da nova gestão]. A frota do jornal é a mesma, os crachás são os mesmos. Mudou a razão social, mas não dá pra ver. O Facebook não mudou a cara dele. Continua os mesmos editores. Os editoriais continuam sendo escritos pela RBS, vem da Zero Hora, mesmos articulistas. Acho que está um limbo.

Tinha uma coisa que não podia tirar deles: era uma empresa de comunicação. Hoje é de uma empresa que produz vento – energia eólica – medicamento, produz petroquímicos. É uma gama de coisas. Ainda não se entendeu muito bem o objetivo. Se se pensar que o jornal impresso está em decadência, por que esses caras foram comprar? Só queriam a TV? Ainda tá muito sem conseguir ver o rosto do patrão, não dá pra medir. O que dá pra medir é que os jornalistas que estavam antes da venda e que ainda estão, de um modo geral, estão com essa sensação de “eu não sei o que vai acontecer. (...) Tu trabalha com uma empresa na carteira mas toda a tua referência continua sendo outra. (...) Tudo isso reflete na desmotivação das pessoas. Pego uma pauta, faço, mas não tem o envolvimento (Jornalista 13).

A opinião de que o antigo dono do *Diário Catarinense* era, ao menos, do ramo da comunicação, também aparece nos relatos dos jornalistas.

Se um dia o cara cuidou de farmácia, era melhor ter continuado. Os nossos antigos donos vieram de uma família de comunicação, eram pessoas que tinham laço afetivo com o jornalismo. Eram pessoas que tinham uma ligação emocional com a classe, sentiam-se jornalistas. Tinha uma valorização do profissional, da profissão, da classe. Ficamos na mão de empresários, gente que quer dinheiro, que quer resultados. Será que estão lidando do melhor modo com essa realidade? Na minha opinião, não. E basta dizer que andaram contratando pessoas para fazer diagnósticos e rever processos.

Contrataram pessoas para fazer diagnóstico e rever processos. No final das contas só tem um objetivo: enxugar. Mesmo depois de toda uma leva de demissões, a redação da SC chegou a ficar vazia, perdeu vida, perdeu atmosfera. Esses poucos que sobraram foram levados para esse lugar apertadinho. É um corredor que tu não pode afastar tua cadeira que vai atrapalhar alguém. Isso também é precarização.

Eu não vejo como a gente vai fazer essa guinada para o digital se a gente só vai ficando mais precarizado ali na redação. Qual era o interesse do grupo que comprou? Claramente eram as concessões. Quem detém poder sobre elas fica muito tempo no poder daquela faixa. Aquilo era o que eles estavam interessados. Pra ficar com isso eles tinham que comprar o pacote todo. O cenário dos outros jornais é extremamente mais drástico. Os jornais do interior estão totalmente desfalcados e ainda mais desfalcados que nós da capital.

O interesse do Grupo NC eram as concessões de rádio e TV. (...) Eles quando vieram anunciar a compra diziam que eram donos de patrimônio de bilhões. É como se eles dissessem: “se der ruim a gente fecha esse negócio”. Imagina

quando esses caras tão em crise, primeira coisa que eles não vão fazer? A gente se sentiu extremamente pequeno e ameaçado.

A tendência é que eles acabem com os intermediários, que entraria os editores assistentes. Vai ficar os produtores de conteúdo, os pensadores e mais nada. E se chegar num momento em que o site começar a se pagar mais que o jornal, aí o impresso vai fechar.

Grosso modo, ela [a venda] nos atingiu em cheio e eu não vejo um bom cenário. A não ser que eles acabem entendendo melhor os drama da profissão e sendo mais justos com a importância do jornalismo. Jornalismo é documento, por exemplo num processo que mudou o país, como o impeachment. É documental. Não venham dizer que jornalismo não é importante. Estar ali informando que a Avenida da Saudade alagou muda a vida do cara. Mexe na vida das pessoas.

Melhor se as pessoas se dessem conta e nos pagassem, mas não vamos exigir isso agora. Não é quarto poder, não adianta se enganar. A internet veio e fez a informação democrática. Mas o profissional que sabe entregar essa informação com qualidade é outra coisa (Jornalista 14).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar as condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* no período compreendido entre 2014 e 2016, a partir das noções de precarização e de trabalho desenvolvidas por diferentes autores. Além disso, buscou-se investigar o processo de reestruturação ocorrido no jornal nesses dois anos. Os objetivos específicos foram os de investigar a percepção dos trabalhadores sobre as mudanças ocorridas no jornal no período em estudo, pesquisar sobre as mudanças no modelo de negócio e no posicionamento editorial do veículo e refletir sobre a noção de precarização a partir do caso do *Diário Catarinense*.

No primeiro e no segundo capítulos, fizemos a revisão da literatura para compreender as mudanças no mundo do trabalho a partir da década de 1970. Da mesma forma, procuramos entender como essas mudanças afetaram o cotidiano dos jornalistas nas redações, especialmente no Brasil. Já no terceiro capítulo, descrevemos a metodologia e os procedimentos utilizados para alcançar esses objetivos. Também fizemos um levantamento histórico por meio de entrevistas para entender o objeto de estudo e comparar as condições de trabalho anteriores com as de atualmente. O quarto capítulo foi dedicado à apresentação da análise das entrevistas realizadas.

O *Diário Catarinense* surgiu em 1986, mas o marco inicial para esse trabalho foi o ano de 2014, ano em que o processo de demissões em massa foi acentuado e o Grupo RBS ganhou destaque em veículos sobre comunicação. Encerramos o período de estudo no ano de 2016, quando ocorreu a venda da parte catarinense do Grupo.

Ao analisar as 16 entrevistas em profundidade feitas com jornalistas do periódico, verificou-se que, como suposto inicialmente, existe precarização das condições de trabalho desses profissionais. Embora existam traços de precariedade desde a implantação do jornal, é nos relatos dos profissionais empregados a partir dos anos 2000, ou que vivenciaram ambos os períodos, que aparecem com mais frequência os problemas de acúmulo de atividades realizadas, questões de saúde ligadas ao emprego e jornada excessiva. Para além dos indicadores propostos por Mick e Lima (2013), pudemos observar também outros fatores prejudiciais ao trabalho do jornalista, como o método de gestão chamado de SuperAção, que abre caminho para a prática institucionalizada de assédio moral na empresa.

Pode-se dizer que os jornalistas do *Diário Catarinense* se encontram na categoria descrita por Hirata (2011), a dos trabalhadores estáveis precarizados, pois, ainda que possuam vínculo formal de trabalho, sofrem de insegurança no emprego, stress e assédio moral.

Da mesma forma, a venda ocorrida em 2016 não representou melhoria nas condições de trabalho para os jornalistas do DC. Pelo contrário, o contínuo corte de gastos, demonstrado em ações como a mudança da redação para um espaço menor, a demissão de motoristas e a perda de benefícios, deixa evidente que melhorar as condições de trabalho dos funcionários não está entre os planos dos novos donos do jornal.

O *Diário Catarinense* pode não representar a totalidade das condições de trabalho de jornalistas, mas é um caso emblemático. Além de ser o maior jornal em circulação no estado de Santa Catarina, o Grupo NC agora detém outros diários importantes no estado, como o A Notícia, de Joinville, e o Jornal de Santa Catarina, de Blumenau – que a rigor devem repetir as mesmas práticas de gestão e condições precarizadas de trabalho.

Na atualidade, o modelo de produção nas redações tende para aquele da acumulação flexível descrito por Harvey (1992), no qual a tendência é a de que trabalhadores possam ser demitidos e contratados conforme for conveniente à empresa. É um caminho de precarização das condições de trabalho prejudicial à classe e aos profissionais do jornalismo, mas também à sociedade de forma geral.

Isso porque, ao trabalhar em condições de jornada excessiva, multifunção e trabalho intenso, dentre outras características que descrevemos, o jornalista é privado de explorar o potencial do jornalismo como forma social de conhecimento. Essas condições também dificultam que o profissional tenha tempo para refletir sobre sua prática, sobre o papel que tem na sociedade.

Os processos industriais aplicados ao jornalismo, que se intensificam no século XXI, têm precarizado as condições de trabalho dos jornalistas nas redações. A partir das informações levantadas sobre o caso do *Diário Catarinense*, esperamos ter contribuído para o debate sobre esse cenário.

6. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas e a revolução informacional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, L'espace du politique, 1995.
- _____. **L'insécurité sociale**. Qu'est-ce qu'être protégé? Paris: Seuil, La République des idées, 2003.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- FÍGARO, Roseli, NONATO, Claudia, GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: SALTA/ATLAS, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLEMBIEWSKI, Carlos. A inserção do Diário Catarinense na imprensa de SC. In: **3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. 2005, Novo Hamburgo.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELOANI, Roberto. **O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida**. Interações. V. 12, n. 22. São Paulo, 2006.
- HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 24, p. 15-22, 2011.
- MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In.: **11º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBPJor**, 2013, Brasília.
- MICK, Jacques, RIBEIRO, Ângelo Augusto. A legitimação da multifuncionalidade: O caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). In: **13º Encontro Nacional de**

Pesquisadores em Jornalismo SBPJor, 2015, Campo Grande. Pesquisa em Jornalismo e reconfiguração de fronteiras: tensões, interfaces e diálogos. Campo Grande.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (org). **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2011.

TRAVANCAS, Isabel. **Etnografia da produção jornalística** – estudos de caso da imprensa brasileira. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 2, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WALTON, Richard. **Quality of working life: what is it?**. *Sloan Management Review*, v. 15, n. 1, 1973.

Internet

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Quem ganha com a venda da RBS de SC?**, publicado em março de 2016. Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2016/03/07/ponto-de-vista-quem-ganha-com-a-venda-da-rbs-de-sc/>>. Visitado em maio de 2016.

CUNHA, Luiz Cláudio. **A tesoura que assombra a RBS**, publicado em setembro de 2014. Disponível em <<http://www.jornalja.com.br/a-tesoura-que-assombra-a-rbs/>>. Visitado em maio de 2016.

Jornais do Grupo RBS em Santa Catarina estão de cara nova, publicado em agosto de 2014. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2014/08/05/jornais-do-grupo-rbs-em-santa-catarina-estao-de-cara-nova/>>. Visitado em junho de 2016.

Maiores jornais do Brasil, publicado em 2014. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> . Visitado em maio de 2016.

Nossas empresas - Diário Catarinense - Grupo RBS. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-catarinense/>>. Visitado em junho de 2016.

RBS anuncia venda de operações de mídia em Santa Catarina, publicado em março de 2016. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2016/03/07/rbs-anuncia-venda-de-operacoes-de-midia-em-santa-catarina/>>. Visitado em maio de 2016.

APÊNDICE A

Roteiro - Entrevista com ex-jornalistas do DC

Nome:

Formação:

Tempo no DC:

Cargo:

Descrição das atividades no jornal:

1 - História do DC:

- O que levou à criação do jornal?
- Qual sua participação nesse processo?
- Como você descreveria a imprensa no estado e em Florianópolis no momento em que o DC foi criado?

2 - Início do trabalho na empresa

- Como foi o seu?
- Como eram recebidos novos funcionários?
- Havia treinamentos?

3 - Como descreveria suas condições de trabalho em relação a:

- Jornada de trabalho
- Atividades desenvolvidas
- Vínculo empregatício
- Salários (nível de satisfação):

4 - Como era seu relacionamento com os demais funcionários do DC? Como descreveria o clima na redação?

5 – Como se deu a ruptura de vínculo com o DC (demissão a pedido, demitido com outros colegas etc.)?

6 – Na sua avaliação, qual o impacto das novas tecnologias sobre o vetor intensidade do trabalho? De que forma isso pode gerar algum nível de precarização do trabalho dos jornalistas?

APÊNDICE B

Roteiro - Entrevista com jornalistas do DC

Nome:

Formação:

Tempo no DC:

Cargo:

Descrição das atividades no jornal:

1 - Início do trabalho na empresa

- Como eram recebidos novos funcionários?
- Houve treinamentos?

2 - Como descreveria suas condições de trabalho em relação a:

- Jornada de trabalho
- Atividades desenvolvidas
- Vínculo empregatício
- Salários (nível de satisfação)
- Infraestrutura (antes e depois da mudança da redação para o Morro da Cruz)

3 - Como era/é seu relacionamento com os demais funcionários do DC? Como descreveria o clima na redação?

4 - Houve mudanças na sua rotina produtiva depois da saída do Grupo RBS? Quais?

5 – Na sua avaliação, qual o impacto das novas tecnologias sobre o vetor intensidade do trabalho? De que forma isso pode gerar algum nível de precarização do trabalho dos jornalistas?

[para os que não trabalham mais lá]

1) Como se deu a ruptura de vínculo com o DC (demissão a pedido, demitido com outros colegas etc.)?

2) Como você avalia sua experiência profissional no *Diário Catarinense*?

APÊNDICE C**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, RG: _____, estou sendo convidado a participar da pesquisa “Precarização do trabalho jornalístico no *Diário Catarinense* - Estudo de caso do período 2014-2016”, que tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos jornalistas do referido veículo. A pesquisa está sendo desenvolvida pela estudante Mônica Custódio, como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O TCC é orientado pelo professor Samuel Pantoja Lima.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista sobre o tema, colaborando assim para o aprofundamento dos estudos que refletem sobre as relações de trabalho dos jornalistas. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar não será utilizado. Os dados serão usados, exclusivamente, apenas para fins científicos e acadêmicos.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Florianópolis, ____ de _____ de 2016.
